



## RESENHA

---

COUTO, Hildo Honório do. *Contato Interlinguístico: da interação à gramática*, 2ª ed. Brasília: Programa de Pós-Graduação em Linguística, UnB, 2017, ISBN: 978-85-6170013-3 Disponível em: <http://www.ecoling.unb.br/images/contato-interlinguistico.pdf>

Mario Luís Monachesi Gaio

Universidade Federal Fluminense (Niterói-RJ, Brasil)

Europa-Universität Viadrina (Frankfurt/Oder, Alemanha)

A tarefa de resenhar a segunda edição desse livro foi mais complexa do que imaginei antes de lê-lo. Duas coisas me impressionaram: a erudição e o tom crítico. A primeira causou mais problemas, dada a dificuldade de selecionar o que deveria ser destacado. A segunda me fez ficar mais atento aos detalhes. No que se refere à forma, parece que não houve revisão, sobretudo ortográfica, embora as falhas encontradas não causem problemas na leitura e compreensão do conteúdo.

O livro é composto de oito capítulos, o primeiro e o último os mais extensos. O primeiro introduz o tema detalhadamente; o último é praticamente o objeto da investigação proposta. E no prefácio à primeira edição o autor adianta que dois outros capítulos deveriam ter sido escritos, que comporiam a parte empírica da investigação, mas em função da “virada na vida de pesquisador do autor” eles acabaram não sendo escritos.

O capítulo 1 não poderia ser mais bem intitulado. Em “Preparando o Terreno”, o autor ara, cala e aduba o terreno sobre o qual sustentará suas argumentações. Faz uma extensa revisão bibliográfica de temas conhecidos na linguística de contato tais como crioulização, pidginização e contato de línguas propriamente dito, quando apresenta sua opção terminológica por Contato de Línguas em detrimento de Línguas em Contato. Como o viés do texto é baseado na Ecolinguística, o autor revê conceitos básicos dessa disciplina, inclusive o de Ecologia.

Salienta-se o tom crítico a algumas definições e teorias defendidas ao longo da história sobre a formação de pidgins e crioulos, marcadamente àquelas com sustentação estruturalista de modo geral, e gerativista em particular.

Já nas primeiras linhas o autor deixa claro que o objetivo da investigação “é o processo de formação e transformação de alguns dos meios de comunicação que emergem nas situações de contato de línguas”, mas que será dedicado a dois desses meios, as línguas crioulas e os pidgins. O ponto chave da introdução são as seguintes afirmações de Thomason & Kaufman (1988): “é a história sociolinguística dos falantes, e não a estrutura de sua língua, que constitui o principal fator determinante dos resultados linguísticos do contato de línguas. Fatores puramente linguísticos são relevantes, porém bastante

secundários no cômputo geral” (p. 35) e “a mudança linguística é um fato social com implicações linguísticas” (p. 212).

Na sequência da preparação do terreno, Couto revê especificamente os conceitos que abarcam o tema da criouliização a partir da definição de línguas crioulas. Para que não parem dúvidas sobre suas convicções, inicia esse subcapítulo com a seguinte afirmação: “para começo de conversa, deve ficar bastante claro que elas [as línguas crioulas] não são aleijões, deformações de línguas perfeitas, como criam e queriam os colonizadores”. E continua: “... se é que se pode falar em ‘perfeição’ de línguas, são as línguas crioulas que seriam mais ‘perfeitas’ do que as línguas não crioulas”. Essas declarações não deixam dúvidas sobre sua postura em relação ao tema.

Em seguida o autor faz uma revisão bastante crítica de alguns conceitos de pidgin conhecidos, partindo do de Bickerton (1984), que o considera uma língua auxiliar. A crítica passa por, além do já citado Bickerton, Hymes, Mühlhäusler, Winford e outros. Couto questiona a condição de língua atribuída aos pidgins na literatura existente sobre o tema e aponta as incoerências nas suas nomenclaturas, que sempre carregam junto um nome de uma língua histórica, transmitindo a ideia de que sejam “dialetos” ou “formas corrompidas” dessa língua. A maior crítica é direcionada ao modelo gerativista de conceito de língua, resumido em léxico + gramática. Para o autor, língua é léxico + gramática + os enunciados formados a partir deles. “O uso da língua também faz parte dela”. Com ainda mais veemência, Couto critica o trabalho de um gerativista (MACEDO, 1986), que afirma que pidgins têm gramática própria. Em contraposição a essas concepções, Couto apresenta a teoria criativista, proposta por Philip Baker, e que será detalhada em subcapítulo específico.

No subcapítulo seguinte o autor discorre sobre o contato de línguas e argumenta em favor da terminologia Contato de Línguas em vez de Línguas em Contato. A preparação do terreno aqui é bem detalhada, com conceituação de contato de línguas, exemplificação dos tipos de contato que existem e seus resultados. A respeito dos tipos de contato, sugiro a leitura de Couto (2009), no qual o autor explora o tema em pormenores. A mescla linguística é também abordada, e o autor repassa importantes referências tais como Salikoko Mufwene acerca da comparação de línguas a espécies biológicas. Ponto alto desse subcapítulo é a definição de crioulo proposta por Meyers-Scotton (1997), bem mais polida e abrangente do que as de Adam e de Sylvain: “crioulo é uma língua mista cujo léxico provém basicamente da língua superstrato e cuja gramática se baseia essencialmente nas línguas de substrato”.

Quero chamar a atenção para os subitens que tratam de TGA e da Teoria Criativista. A sigla TGA está para “Tendências Gerais de Apropriação, Aproximação, Acomodação ou Adequação Linguística ao ouvinte”. O autor percorre exaustivamente a literatura que trata do assunto. No final, Couto comenta a relação entre TGA e universais e mais uma vez faz uma crítica aos gerativistas, excetuando Chomsky, sobre a forma como enxergam universais “por todo lado”.

No que concerne à teoria criativista, o seu ponto crucial é enxergar os crioulos e pidgins como um sucesso positivo de sociedades políglotas, ao contrário de teóricos que sempre

viam a formação desses modos de comunicação como resultados de um fracasso. Couto sugere uma revisão para essa proposta.

Interessante comparação faz o autor entre a teoria criativista e a teoria psicológica de Chomsky: “para Chomsky, trata-se da criação da gramática pelo indivíduo; para Baker, trata-se da criação da gramática pela comunidade”. De forma proposital, o autor disserta sobre comunicação e expressão. Enxergo essa seção como a adubação do terreno (para usar a metáfora do autor) que vem sendo preparado ao longo deste primeiro capítulo. Em suas palavras, é a transição natural para os assuntos nas partes subsequentes. A sentença-chave desse subcapítulo é: “a questão da comunicação é um pressuposto para a emergência dessas línguas [pidgins e crioulos]”.

Em seguida, o autor destaca as duas concepções sobre *locus* e função básica da linguagem. A primeira, chamada Hipótese da Representação (HR) encara a linguagem apenas biologicamente. A segunda, Hipótese da Comunicação (HC) trata a linguagem como um fenômeno social. O autor opta por HC e justifica sua decisão. É certamente a opção adequada para a Ecolinguística, que entende a interação dentro de um ecossistema linguístico como o cerne de seu pensamento.

Todo o subcapítulo é muito bem embasado em referências fundamentais, como Bakhtin, Marx, Jakobson, e Malinowski, entre outros. É interessante observar que o autor afirma que língua é um meio de comunicação, ideia, aliás compartilhada por “leigos e iniciantes em estudos linguísticos”. Creio que o autor, atualmente (2017), prefira dizer que a língua SEJA A PRÓPRIA comunicação e não um meio.

Dando sequência, o autor discorre especificamente sobre expressão, iniciando por Bakhtin (1981): expressão do pensamento é "tudo aquilo que, tendo se formado e determinado de alguma maneira no psiquismo do indivíduo, exterioriza-se objetivamente para outrem com a ajuda de algum código de signos exteriores". A questão levantada aqui é uma reafirmação da importância da expressão como fato social e não individual.

Por fim, o autor sugere um questionamento: comunicação ou expressão? Sua abordagem sobre interação é bastante interessante, pois considera que essa seja universal e aconteça em todos os níveis da evolução da matéria, o inorgânico, o orgânico e o superorgânico. Nesse último, trata-se da interação comunicativa em uma sociedade.

O capítulo 2 trata do enunciado e seus componentes, o sistêmico, o ilocucionário, o paralinguístico e o pragmático, e termina com a caracterização do que denomina Assunto. O enunciado faz parte da língua e é o único dado linguístico concreto (COSERIU, 1967). Mais uma vez o autor demonstra que os atos de fala não são somente estruturais, baseados unicamente na língua, mas estão previstos na comunidade.

Para o componente sistêmico, Couto retoma o modelo gerativista que sugere que a Língua é a soma de um Vocabulário com uma Gramática, e essa soma permite a formação de textos e enunciados, fazendo com que as combinações sejam previsíveis. Evidentemente isso já está superado, pois não dá espaço para a criatividade do falante e o autor aponta para essa criatividade, quando diz que todo enunciado proferido por um falante contém elementos imprevisíveis.

Como exemplo do crioulo português de Guiné-Bissau, o autor demonstra que a sintaxe surge no processo de comunicação para evitar ambiguidades. Um mesmo enunciado em

crioulo guineense e em português aponta para uma suposta falta de explicitação contextual do primeiro. A razão é simples: os crioulos são precipuamente línguas orais, usadas quase sempre na comunicação face a face. O contexto, portanto, “supre as informações não fornecidas no próprio enunciado”. Esse ponto é importantíssimo, a meu ver. O entendimento dessa característica dos crioulos é ponto chave para eliminar qualquer dúvida que ainda possa haver sobre crioulos serem línguas capengas.

Após demonstrar a distinção entre ilocução explícita e implícita, e mantendo o tom crítico do texto, o autor passa a examinar a classificação das orações de acordo com a tradição gramatical: afirmativa, negativa, interrogativa e exclamativa. Evidentemente que, como ecolinguista, ele parte do ponto de vista da interação comunicativa e mostra com detalhes algumas incoerências dessas classificações. O ponto alto é a demonstração de que uma oração afirmativa só tem sentido se for uma resposta a uma pergunta, ou seja, não haveria muito como estudá-la isoladamente. Resumindo, o que o autor quer mostrar é que todo enunciado tem força ilocucionária, essa força pode ser explícita ou implícita, mas sempre existe.

Praticamente, os componentes paralinguísticos têm relação direta com a fonologia. Como afirma o autor, “pode ser usado paralinguisticamente todo ingrediente sonoro sobre o qual o falante possa ter controle e, portanto, usar intencionalmente para determinadas finalidades”.

Por fim, há os ingredientes cinésicos e proxêmicos. Em vez de considerá-los parte dos componentes paralinguísticos, Couto prefere vê-los como “intimamente relacionados” a eles, mas levanta a questão mostrando que Trager (1964) e Eco (1974) também a deixam em aberto. De fato, acho difícil imaginar a gestualidade fora dos atos de fala, como complemento aos enunciados. Couto diz que a cinésica é o “condimento que enriquece o sabor do ato de fala”. Já a proxêmica pode ser estudada do ponto de vista cultural e influencia os atos de fala.

No que concerne os componentes pragmáticos, o autor repete o que já havia antecipado para os ilocucionários e paralinguísticos, alertando de antemão que o termo é discutível. Para deixar bem clara sua opção, parte do conceito de pragmática, sobretudo de Levinson (1983) para assumir sua definição de componente pragmático: “tudo o que aparece no enunciado que não seja sistêmico, ilocucionário nem paralinguístico”.

O capítulo se encerra com o Assunto, aquilo de que se fala numa conversação. Seu ponto de partida é a definição dos pronomes do caso reto de acordo com a tradição normativa, que afirmam que elas representam as três pessoas do discurso: quem fala, com quem se fala e de que/quem se fala. Segundo essa proposta, o Assunto é equivalente a ELE. O autor, então, aproveita para criticar essas definições, uma vez que o falante pode falar sobre o referente de qualquer coisa, inclusive dele mesmo ou de seu interlocutor, ou de NÓS, VÓS e ELES. Então, define o Assunto do modo como ele o enxerga: “Assunto é a parte conteúdo do Enunciado”.

No capítulo 3, Couto discorre sobre os elementos comunicantes em uma interação, mais especificamente o Falante e o Ouvinte. Também fala sobre os elementos considerados por ele secundários, a Fonte e o Destino. Ele parte da asserção de que o Falante tem

precedência absoluta no binômio Falante-Ouvinte. Os conceitos-base para essa asserção vêm de Levinson (1983).

O autor considera não haver dúvidas de que o Falante é o ponto de partida de todo Ato de Interação Comunicativa (AIC), e que, em situações normais, alguém sempre fala para outrem, ou seja, um solilóquio poderá ser visto como “manifestação de anormalidade psicológica”. Creio que o autor tenha usado uma força de expressão genérica. Um solilóquio não é tão incomum em pessoas que gozam plenamente das faculdades mentais, é apenas uma forma de pensar em voz alta, e se enquadra no mesmo caso do que fora salientado por Bakhtin e mencionado por Couto: se o Falante estiver pensando, o Ouvinte é ele mesmo. A leitura do excerto que trata disso é particularmente interessante, além dos papéis de Falante e Ouvinte, também tratados nesse capítulo.

Depois disso, Couto revisa o que ele chama de cinco tipos mais comuns de interação comunicativa: interrogação, afirmação ou declaração, imperativo, exclamação e vocativo. A revisão que o autor faz é cotejada com os preceitos da gramática tradicional e também do gerativismo. Sua análise é exaustiva e bem completa, embora pudesse ter explorado o caso do imperativo com exemplos que fugissem da ordem propriamente dita e abordassem os pedidos e as orientações. No fim do subcapítulo o autor indaga se o papel de EU e de TU no enunciado não teria relação com o surgimento da sintaxe, sobretudo considerando que a maioria das línguas do mundo tem a ordem SVO, e de que essa seria a ordem não marcada das línguas crioulas.

Encerrando o capítulo, o autor discute outros dois elementos presentes no modelo de comunicação proposto por Shannon & Weaver, a Fonte e o Destino. Couto apresenta os dois elementos, exemplifica-os bastante bem, mas deixa claro que o tema merece aprofundamento por ser recheado de dúvidas. O autor usa como exemplo o envio de um telegrama através de código morse.

O capítulo 4 é breve e trata dos códigos linguísticos e não linguísticos. Couto critica autores que são contra a aplicabilidade do código no estudo da língua e dos fenômenos sociais, como fazem Utz Maas e Ulrich Ammon, e também sugere que alguns investigadores, equivocadamente, não reconheçam os códigos múltiplos como parte do acervo cultural de uma comunidade. Posteriormente, enfatiza mais uma vez sua opção pela perspectiva ecológica, que vê o código como um quadro de referência, o que lhe permite ser negociado nas interações. Eu, particularmente, enxergo o código dessa mesma forma, ele não é nem pode ser rígido e imutável. A análise dos códigos linguísticos nesse capítulo é minuciosa e aplicada aos exemplos do crioulo guineense, já vistos anteriormente.

Quanto aos códigos não linguísticos, o autor os define como os códigos culturais, que ficam fora do campo linguístico. Aqui, Couto já elucubra o conceito de Ecosistema Cultural, presente em seus trabalhos mais recentes, desde 2015 (cf. COUTO, 2017). Cita inclusive Umberto Eco como um pioneiro na elaboração de um inventário de códigos culturais. A crítica recai sobre os especialistas que não aceitam a ideia de que não é absolutamente necessária a existência de um código para que haja comunicação.

O capítulo 5 trata de contexto e o autor parte da definição dicionarizada do termo para demonstrar que esse sentido é bem mais restrito e que em linguística, contexto é algo

muito mais amplo. O autor já adianta também o modelo de comunidade (L-P-T) que será mais explorado no cap. 7 e que ele chama de Ecologia Fundamental da Língua. É igualmente uma antecipação do conceito de Ecosistema Linguístico, que virá nos estudos posteriores de Couto.

No segundo subcapítulo o autor fala sobre os componentes do contexto e já alerta que como ele engloba praticamente tudo, é quase impossível elencar os seus componentes. Porém, ele faz uma análise pormenorizada de diversos componentes e conclui que seja possível inventariar os componentes de um contexto, mas para cada AIC separadamente. Sua argumentação é bastante pertinente.

Na seção seguinte Couto trata da relação entre contexto e código e parte da afirmação de algumas concepções de linguagem que defendem que o código tem pouca importância no significado dos enunciados, que esse seria negociado entre os comunicantes a cada enunciação. O autor contesta essa afirmação apresentando sete exemplos que vão do menor ao maior grau de comunicabilidade possível entre duas pessoas, e comprova que “o código é pré-condição para qualquer interação comunicativa”.

Na breve seção subsequente, o autor aborda a contextualidade e a descontextualidade. Couto menciona a teoria dos códigos de Bernstein (1972) que os divide em código restrito, mais dependente de contexto, e código elaborado, mais independente. Os códigos restritos se aproximam dos pidgins e jargões nas suas fases iniciais. Assim, ao se chegar à gramática crioula, atinge-se um alto grau da descontextualidade e já se pode falar de coisas em sua ausência.

A última seção deste capítulo, igualmente breve, intitula-se “limbaj și context”, que, em romeno, significa ‘linguagem e contexto’. Deve-se o título a um clássico de mesmo nome que trata das relações entre linguagem e contexto, da autora romena Tatiana Slama-Cazacu. Com base nisso, o autor sugere uma classificação de contexto, considerando-o como a ecologia do AIC.

O capítulo 6 trata da Comunicação e é dividido em quatro subcapítulos. Primeiramente, Couto recapitula tudo o que já foi dito em capítulos anteriores acerca dos componentes de um AIC, que ligados um ao outro, formam um processo, chamado Comunicação. Deixa claro que, por opção, considera a linguagem como um instrumento para os AIC.

No segundo subcapítulo, o autor disserta sobre a integração dos componentes da comunicação, antes vistos isoladamente. Para isso, recapitula os esquemas de modelos de comunicação já apresentados anteriormente. De certa forma, Couto critica todos os modelos, mostrando suas imperfeições.

Couto afirma que, ao contrário do que dizem alguns autores da área da literatura, a língua não é uma camisa de força que molda o que devemos dizer. Ele a considera como “o produto mais refinado de toda a história da espécie humana”. Todos os elementos interligados formam um AIC completo, que é a base da língua.

A premissa do terceiro subcapítulo é que a língua existe primordialmente para a comunicação. Então, tudo na língua tem essa finalidade. O autor esclarece que a proposta de Cassidy publicada em 1971, “*Tracing the pidgin element in Jamaican Creole (with notes on method and the nature of pidgin vocabulaires)*” é a base para a presente

investigação. É uma hipótese que ainda não foi testada e Couto deseja aqui somente mostrar como aplicá-la a crioulos ou pidgins. Para isso, analisa-a detalhadamente.

No quarto e último subcapítulo o autor aborda mais um tópico dentro da proposta de Cassidy, que são os Universais da Comunicação. Couto esboça uma classificação das experiências comuns inerentes a seres humanos como elementos mínimos de entendimento entre grupos culturalmente diferentes e toma como exemplo prático o encontro de 22/04/1500 entre portugueses e tupinambás, baseando-se no relato registrado na carta de Caminha.

O capítulo 7 se dedica aos conceitos de Comunidade e destaca a sua importância nos AIC.

É dividido em sete subcapítulos. O primeiro introduz o tema e já no início define a Comunidade como sendo “a entidade maior no seio da qual a comunicação se dá”.

Na introdução, faz uma breve revisão bibliográfica sobre o tema e aponta para a diferença entre sociedade e comunidade. É nesse capítulo que será apresentado o conceito de Ecosistema Linguístico. Aqui também são apresentados os conceitos de Comunidade de Língua e Comunidade de Fala, cuja base é a clássica dicotomia *langue/parole*.

O subcapítulo seguinte trata da relação entre Comunidade e Comunicação. Seu ponto de partida é o modelo de comunidade como sendo algo localizável no espaço e no tempo. Comunidade é tratada como totalidades formadas por determinado povo em um território e articulado por uma linguagem. O autor explora bastante o radical comum dos dois termos, mostrando que há afinidade entre eles, mas não só etimologicamente. As críticas ao cognitivismo se mantêm, até enfaticamente, na defesa da HC, em detrimento da HR. Couto crê e enfatiza que para que haja um AIC eficaz, os interlocutores devem pertencer à mesma comunidade porque só assim compartilham uma língua comum, além de todos os dados da cultura dessa sociedade. Um dos argumentos usados ao defender essa tese me parece pouco claro. Trata-se do exemplo de uma criança que nasce em um país para o qual seus pais tenham emigrado. Não ficou claro para mim o que quis ser mostrado.

A seguir, o autor vai considerar a Comunidade como um ecossistema. Assim, reforça o que já havia dito anteriormente: comunidade é uma população (P) que tem interesses comuns ou linguagem (L) e convive num determinado território (T). Os componentes são complexos e podem ser subdivididos em porções menores, as partes que compõem os seus ‘todos’. É aqui que o autor mostra que a língua surge a partir do momento em que emerge uma comunidade.

Nos três subcapítulos seguintes Couto detalha os três componentes fundamentais da comunidade, P, T e L. Dá mais ênfase à população pela sua natureza dinâmica e por ser o componente mais importante da tríade.

O autor repassa um histórico dos estudos sobre população desde o século XVIII mostrando que o surgimento das ciências sociais se deve aos prévios estudos sobre demografia. O Território é abordado a partir da afirmação de Sapir (1971): “toda língua tem uma sede”. Couto ressalva que T não é somente o terreno (o solo), mas compreende rios, mares, clima, subsolo, flora, fauna... Isso tudo reafirma a visão ecológica do autor, que reconhece certa resistência ao uso de ambiente físico para explicar fenômenos sociais. O terceiro item da tríade, a Linguagem, é vista em seu sentido amplo. Para o autor, “linguagem é tudo aquilo que orienta o comportamento no seio da coletividade, tudo que

permite eficácia de AIC entre seus membros”. De fato, a Linguagem é o que permite a interação entre os indivíduos e a descrição do ambiente.

O último subcapítulo mostra algumas relações entre os três elementos. Couto ressalta, mais uma vez, que do ponto de vista ecológico não há como separar essa tríade, pois formam um ecossistema. Entretanto, eles podem ser analisados isoladamente. Dessa forma, pode-se relacioná-los separadamente, dois a dois, como sugere o autor.

Couto faz uma crítica a quem costuma falar de relação língua-sociedade. Segundo ele, a relação adequada é língua-comunidade ou língua população, uma vez que sociedade é parte da comunidade, que é formada anteriormente.

O último capítulo, dedicado à Língua, é o segundo mais extenso. Todos os anteriores, nos quais a Língua foi abordada indiretamente, servem de sustentação a esse último. Nas palavras de Couto, o objetivo dos primeiros sete capítulos “era apresentar o arcabouço ecológico em que a língua se insere”. Língua é aqui tratada microscopicamente, e o componente sistêmico é enfatizado, a despeito do Enunciado também fazer parte dela.

O autor propõe olhar a língua autoecologicamente para que se perceba que ela forma um ecossistema onde convivem diversos subsistemas. Sua proposta avança quando sugere a substituição de ecossistema por gramática. Essa, então, é composta de subgramáticas. O que ele chama de subgramáticas são a sintaxe, a morfologia, a fonologia, e assim por diante.

As seções que discorrem sobre essas subgramáticas são divididas em Léxico, Gramática (subdividida em Sintaxe, Morfologia e Fonologia) e Semântica. A última seção do capítulo trata da formação da gramática, e engloba o que foi estudado precedentemente. Sobre Léxico, Couto parte da definição dada pelos gerativistas. Ao contrário do que pensam, para o autor o Léxico não é a exceção da língua, mas tem papel central porque constitui a base de qualquer língua. Mostra uma hipótese de surgimento de uma língua que parte de uma palavra, mas que na verdade tem em si um enunciado embutido nela. O que ele quer dizer é que uma palavra solta só tem sentido num AIC, e nele, mesmo que não haja uma frase completa, há um enunciado por trás da palavra. A narrativa sobre o léxico e sua importância na formação de uma língua é minuciosa e convincente, com argumentos sólidos. Couto prova consistentemente a importância do léxico em uma língua. Quero ressaltar que Couto também apresenta argumentos para defender que o vocabulário não é aleatório como dizem os gerativistas, mas é formado a partir de motivos. Vejo isso como outro modo de demonstrar que o signo não é arbitrário, como sugeriu Saussure.

O objetivo dessa investigação é a formação e transformação da gramática crioula, nas palavras do autor. Então, por coerência, a seção que fala sobre gramática propriamente dita começa com sua definição. É particularmente relevante a comparação entre a aquisição da língua por uma criança, que parte do léxico e só posteriormente chega à sintaxe, e a formação do pidgin, que igualmente parte do léxico.

Dentro do subitem Gramática, o autor preferiu trabalhar separadamente a sintaxe, a morfologia e a fonologia. Quanto à sintaxe, ele se vale da famosa sentença sugerida por Chomsky (ideias verdes incolores dormem furiosamente) para abordar o tema da aceitabilidade gramatical. Depois, retoma a seção 2.2 para reiterar que a sintaxe surge



para evitar ambiguidades. A partir disso, retoma o exemplo do guineense para mostrar que a função sintática da maioria dos crioulos do mundo é definida pela ordem das palavras, que no exemplo dado é o clássico SVO. A seguir, mostra exemplos de outras construções sintáticas que não se valem da ordem para definir quem é quem, enfatizando o japonês, mas mencionando também o latim e o inglês também. O autor faz uma análise bastante profunda do plano sintático, com riqueza de detalhes nas suas exemplificações. Praticamente, Couto mostra com riqueza de detalhes que as línguas se formam a partir da necessidade de comunicação. A afirmação do autor de que “a sintaxe surge de necessidades **práticas** de comunicação” me leva a pensar em que o léxico surge de necessidades **de comunicação**.

No subcapítulo dedicado à morfologia Couto questiona sua complexidade mostrando que há vertentes da linguística que a encaram de formas diferentes. “A morfologia é o componente da língua menos universal, mais específico de cada língua, havendo mesmo línguas que não têm morfologia”, afirma o autor, baseando-se na existência de muitas línguas isolantes.

Couto aborda a questão exaustiva e completamente. É, a meu ver, um roteiro completo para um curso de morfologia. Parte da exemplificação de línguas isolantes e aglutinantes e segue para as formas de composição de novos vocábulos mostrando que o processo da reduplicação é o mais primitivo. Faz também uma análise comparativa entre os processos de composição de vocábulos surgidos na formação do guineense e os processos de aquisição de língua pelas crianças, e aponta para uma hierarquia com base em complexidade de processos de formação de palavras.

O autor apresenta também os conceitos de produtividade, a capacidade de criação do falante de acordo com o contexto. Para exemplificar, cita Coseriu (1967): “o vocabulário real é o vocabulário da norma, e o vocabulário potencial é o vocabulário do sistema”.

O subcapítulo dedicado à Fonologia parte do histórico do som, da necessidade dos seres humanos de usarem o canal vocal para os AIC, chega à fonética e posteriormente à fonologia. Da mesma forma que a seção dedicada à morfologia, essa também é completa e pode funcionar como um roteiro para um curso.

Mantendo o tom crítico, Couto demonstra, através de exemplos do crioulo haitiano, estudado por Lefebvre (1998), que essa autora está equivocada ao afirmar que “a única informação adotada da língua alvo é a entrada lexical que é a representação fonológica”. Posteriormente, demonstra ainda que a questão levantada na seção precedente sobre o que é real e o que é potencial na língua vale também para a fonologia.

Como é um texto bem detalhado, Couto divide e exemplifica os aspectos segmentais e suprasegmentais e afirma que entre esses últimos o mais comum, e que se encontra em todas as línguas crioulas e pidgins, é a entoação. Depois, faz referência a seu próprio trabalho para apontar fenômenos fonológicos presentes no guineense em comparação com o português seiscentista e o atual. Ainda, analisa pormenorizadamente algumas das várias línguas de substrato presentes na formação do guineense.

A quarta seção desse capítulo é dedicada à Semântica. A partir do seu conceito tradicional – estudo do significado linguístico – Couto aponta que essa definição leva em conta somente o significado léxico-referencial sistêmico, deixando de lado os significados

ligados à pressuposição, à implicatura, à ilocução e ao contexto. O autor esclarece que aqui ele trata somente de “alguns aspectos da parte sistêmica do significado lexical”. Como fim último da comunicação, Couto aponta para o que ele denomina significado intencional, ou seja, aquilo que o falante tem intenção de dizer ao ouvinte e o conteúdo sistêmico nem sempre é suficiente para isso, embora seja importante, pois é com base nele que as dúvidas de interpretação serão dirimidas. Creio que haja campo de pesquisa para um estudo sobre essa relação entre conteúdo sistêmico e intencional nas conversas realizadas através das novas mídias.

O autor retoma o episódio de 22/04/1500 para mostrar o funcionamento do processo de lexicalização de uma nova língua surgida a partir do contato entre dois povos que têm em comum apenas a percepção dos fenômenos do ambiente, mas não sua conceptualização, que é indispensável para a lexicalização.

Dentro das ideias apresentadas nessa seção, Couto sugere que os conceitos de bem e mal estejam diretamente relacionados a vida e morte, respectivamente. Ele mesmo se adianta às possíveis críticas que possa receber e justifica sua convicção. Ele acredita que é uma das “poucas maneiras de encontrar[mos] ‘átomos’ semânticos”.

Antes de terminar, o autor menciona e exemplifica um ramo dos estudos em semântica chamado Análise Componential. Por fim, esclarece que a delimitação de seu estudo nessa seção tem a intenção de “chamar a atenção para algumas das possíveis maneiras de se fazer semântica linguística”.

O último subcapítulo do último capítulo resume, antes de entrar no tema propriamente, tudo o que foi dito nos capítulos anteriores. Depois, aponta para três momentos particulares que marcam o processo de formação da gramática, as chamadas Estratégias Individuais de Comunicação, as Estratégias Coletivas e a surgimento da gramática propriamente dita. Nesse ponto, Couto apresenta um modelo esquemático de formação de gramática que difere bastante do de Chomsky.

Ponto chave da seção, as comparações entre formação de crioulos, de pidgins, aquisição de L1 e aprendizagem de L2. São processos que se assemelham sobremaneira e Couto mostra seus pontos de convergência e divergência.

O autor ainda fala com propriedade e convicção sobre diferenças básicas entre pidgin e crioulos no que se refere à comunidade e à territorialidade. O autor aponta para a semelhança entre o que se tem chamado de pidgin e o processo de aprendizado de L2. Ele sempre mostra a necessidade de haver uma comunidade para que haja uma língua.

Com relação ao polêmico termo ‘descrioulização’, o autor não vê problemas no seu uso, mas mostra que é só questão de terminologia, nada além do processo de transformação sofrido pelos crioulos, que, aliás, não ocorre com as línguas não-crioulas, cujo surgimento parece ser linear.

O capítulo se encerra com uma crítica ao modo como muita gente reage às línguas crioulas, sobretudo os colonialistas, que usam termos como “português estropiado”, ‘*broken English*’, ‘*français corrompu*’ e outras designações do mesmo naipe”.

O livro é denso, crítico e detalhado. Seu referencial teórico de apoio é amplo e mostra que o autor tem conhecimento sólido sobre o tema. A leitura exige concentração pela sua profundidade, o autor sustenta sua tese com muita propriedade. A leitura é altamente

recomendada para iniciados no tema Contato de Línguas e tudo o que dele deriva. É leitura obrigatória para quem se interessa por Ecolinguística e sua vertente brasileira, a Linguística Ecolinguística.

### Referências

- BERNSTEIN, Basil. Social class, language and socialization. In: GIGLIOLI, Pier Paolo (org.). *Language and social context*. Harmondsworth: Penguin Books, 1972.
- BICKERTON, Derek. 1984. The language bioprogram hypothesis. *The brain and behavioral sciences* v. 7, n. 2, 1984, p. 173-221.
- COSERIU, Eugenio. *Teoría del lenguaje y lingüística general*. Madri: Editorial Gredos, 1967, 2ª ed.
- COUTO, Hildo H. do. Ecosistema cultural. Disponível em: <http://meioambienteelinguagem.blogspot.com.br/2017/06/ecossistema-cultural.html> (acesso: 12/01/2018).
- \_\_\_\_\_. *Ecologia, linguística e ecolinguística: contato de línguas*. São Paulo: Contexto, 2009.
- ECO, Umberto. *A estrutura ausente*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1974, 2ª ed.
- LEFEBRER, Claire. 1998. The field of pidgin and creole linguistics at the turn of the millenium: The problem of the genesis and development of PCs, 1998. Comunicação, *Simpósio 'Pidgin and creole linguistics in th 21st century'*, LSA, N. York, 9-10/1/1998.
- LEVINSON, Stephen C. *Pragmatics*. Cambridge: Cambridge University Press, 1983.
- MACEDO, Donaldo. The role of core grammar in pidgin development. *Language learning* v. 36 n. 1, 1986, p. 65-75.
- MEYERS-SCOTTON, Carol. 'Matrix language recognition' and 'morpheme sorting' as possible structural strategies in pidgin/creole development. In: Spears, Arthur K. & D. Winford (orgs.). *The structure and status of pidgins and creoles*. Amsterdam: Jon Benjamins, 1997, p. 151-174.
- MONTESQUIEU, Charles de Secondat, Baron of. *The spirit of laws* vol. I. New York: colonial Press, 1989.
- SAPIR, Edward. *A linguagem: Introdução ao estudo da fala*. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1971, 2ª ed.
- THOMASON, Sarah G. & Terrence KAUFMAN. *Language contact, creolization, and genetic linguistics*. Berkeley: University of California Press, 1988.
- TRAGER, George L. 1964. Paralanguage: a first approximation. In: Hymes, D. (org.) *Language in culture and society*. N. York: Harper & Row, 1964, p. 274-288.

Recebido em: 10/01/2018.

Aceito em: 22/01/2018.